



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO EIA/RIMA DA
UHE DE SANTO ANTÔNIO DO JARI

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e nove, às quatorze horas e trinta e dois minutos, no Clube Arejar, situado na Rua 96 s/n – no município de Almeirim no Estado do Pará, o Presidente da Audiência Pública, Sr. Marcos Fernando de Assis, Analista Ambiental da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, iniciou a Audiência procedendo-se a leitura do regulamento para a realização da mesma. À seguir o presidente convidou para compor a mesa de abertura o Sr. José Botelho dos Santos – Prefeito de Almeirim, que saldou a todos e destacou a importância da discussão do EIA da UHE de Santo Antonio do Jari, o Sr. Almiro Deniur – Promotor de Justiça do Estado do Pará, que destacou a importância do processo de audiência e do desenvolvimento com sustentabilidade, o Sr. José Cardoso Lopes – Ministério Público Federal do Amapá, que destacou a importância de defesa dos direitos das minorias, o Sr. Antonio Francisco Jambo – Presidente da Câmara Municipal de Almeirim que cumprimentou outras autoridades presentes e destacou a importância da participação da sociedade em geral, o Deputado Federal pelo Estado do Amapá o Sr. Sebastião Rocha, que saudou diversas autoridades e fez uma breve explicação sobre demais obras de infra estrutura atualmente em curso e a cooperação existente entre os Estados do Pará e do Amapá destacando a importância desta obra para a região, o Senador pelo Estado do Amapá o Sr. Gilvan Borges que cumprimentou todos os presentes e autoridades e destacou a importância de termos uma consciência histórica e a oportunidade de realização de um sonho antigo da Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, e lembrou a importância de estar preparados para um novo desenvolvimento com respeito e cuidado com o meio ambiente, ao final parabenizou todos os presentes incluindo os técnicos e a sociedade civil. Dando continuidade o presidente formou então a mesa para a apresentação e discussão dos estudos, chamando inicialmente o Analista Ambiental Luiz Fernando Suffiati que fez uma breve apresentação de como é desenvolvido o processo de licenciamento ambiental federal, e qual é a função do IBAMA neste processo. À seguir a palavra foi passada ao representante do Consórcio Amapá Energia, o Sr. José Guilherme Antloga do Nascimento – Diretor do Consórcio Amapá Energia, que cumprimentou inicialmente as autoridades presentes, fez uma apresentação de toda a equipe envolvida, e procedeu a apresentação do empreendimento realizando inicialmente uma contextualização histórica e destacando posteriormente as particularidades e a importância da obra para a região. Dando continuidade o Presidente passa a palavra ao

1

Sr. Paulo Mário Correia de Araújo – representante da empresa EcologyBrasil Consultoria que inicialmente fez uma apresentação de toda a equipe envolvida e procedeu com a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental explicando resumidamente como foram realizadas as alterações do projeto original, apresentou também como foram realizados os estudos de impacto ambiental destacando como o empreendimento será implantado, impactos gerados e providências que serão tomadas no sentido de mitigação e compensação de tais impactos tanto do ponto de vista do meio físico-biótico quanto do socioeconômico. Com a palavra o Presidente da mesa encerra a primeira etapa dos trabalhos, dando um intervalo de quinze minutos, e esclarece que os formulários para questionamentos escritos bem como os questionamentos orais serão respondidos após este intervalo. Retomando os trabalhos o Presidente da mesa convida para compor a mesa o representante do Consórcio Amapá Energia, e o representante da EcologyBrasil Consultoria para responder aos questionamentos. Todos os questionamentos apresentados pelo plenário foram devidamente respondidos pelos responsáveis, incluindo solicitações de rebaixamento de tensão para atendimento ao Município de Almeirim feito pelo vice prefeito, destinação dos produtos florestais feito pelo COEMA-AP para atendimento dos moveleiros de Laranjal do Jarí, questões relacionadas a partilha do ICMS que será gerado e também uma solicitação de audiência pública no município de Vitória do Jarí, outros questionamentos dirigidos ao IBAMA e ao Instituto Chico Mendes também foram devidamente respondidos. Deixo aqui escrito que esta Audiência foi gravada e filmada, com todos os questionamentos e suas respostas. Após encerrados os debates, o Sr. Presidente considera a Audiência Pública válida, tendo em vista que os procedimentos de divulgação foram atendidos conforme preconiza a Legislação Ambiental vigente. Agradece a presença de todos os participantes e convidados e deu por encerrado os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que eu, e os demais participantes Marcos Fernando de Assis (presidente da mesa), José Botelho dos Santos (prefeito de Almeirim), José Guilherme Antloga do Nascimento (Consórcio Amapá Energia), Paulo Mário C. de Araújo (EcologyBrasil), Alba Lúcia Colares Caldas (COEMA-AP – OAB), José Cardoso Lopes (MPF), assinam conjuntamente abaixo.


Presidente da Mesa


Prefeito de Almeirim


Representante do Consórcio Amapá Energia


Representante da EcologyBrasil


Representante da OAB-AP (Conselho Estadual de Meio Ambiente)


Representante do Ministério Público Federal


Secretário Executivo

Eu, Alexandre Romariz Duarte, matrícula 1487809, Analista Ambiental da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, abaixo assinado, na função de Secretário Executivo da Audiência Pública para apresentação do projeto da UHE de Santo Antonio do Jari, venho através deste anexo complementar parte dos questionamentos apresentados oralmente no dia da audiência e que não haviam sido devidamente expostos por motivos técnicos na ata assinada acima. Esclareço ainda que todas as questões apresentadas pela população foram gravadas e serão posteriormente degravadas, e, assim como as questões apresentadas na forma escrita, integrarão o processo de licenciamento ora descrito.

Questão do Sr. Ozeias Vilela de Moraes Júnior – Clube Remo, questiona se com a construção da hidrelétrica a população ribeirinha será indenizada ou se adotará outro procedimento. (R) Foi respondido que a população afetada será indenizada no sentido de reposição do bem afetado prioritariamente próximo ao local de moradia.

Questão Sr. Hadilson - ACAMA, questiona que foram apresentados trinta pontos negativos e se tais pontos podem ocasionar a não existência da Usina. (R) Foi esclarecido que tais pontos são exatamente resultado do trabalho de diagnóstico dos impactos ambientais e sociais que podem ocorrer, mas esses pontos não necessariamente inviabilizam a construção da Usina.

Questão do Sr. Carlos Henrique Rocha – Jari Infra Estrutura, questiona se as populações locais serão beneficiadas pela energia que será produzida, cita o exemplo de Tcuruí, onde somente hoje 25 anos depois a energia está sendo disponibilizada para as populações locais e rurais. (R) Segundo um protocolo de entendimento já existe a previsão de um rebaixamento de tensão junto a Subestação para atendimento as comunidades rurais mais próximas.

Questão Sr. Elias Fernando da Costa Filho, questiona o que será feito para reduzir os efeitos dos impactos ambientais, se terão trabalhos de remoção e tratamento dos animais, se haverá ofertas de empregos para técnicos em meio ambiente, e se haverá geração de empregos nos outros municípios da região. (R) De modo geral todos os questionamentos em relação aos impactos e aos animais estão abrangidos dentro de programas específicos, geralmente associada a parte de manejo de fauna equipes especializadas são contratadas para realizar o resgate e manuseio da fauna. Em relação a geração de empregos a resposta é positiva, certamente precisarão de pessoas com conhecimentos dentro da área de meio ambiente tanto de Almeirim como dos demais municípios ao redor.

Questão Raimundo Tavares Borges, questiona se o projeto possui reserva para uma ampliação futura caso seja necessário. (R) Não com as revisões feitas ao longo do projeto, este já se encontra em sua capacidade limite não existindo essa possibilidade.

Questão do Sr. Vinicius Alfredo G. V. Manulle Procurador do Município de Vitória do Jari, questiona sobre como a empresa dará benefícios ao município de Vitória do Jari. (R) Foi explicado como foi feita a divisão entre área de influência direta e indireta do empreendimento, como se faz normalmente a compensação em municípios que possuem áreas que são diretamente alagadas pelo reservatório, e que o município de Vitória do Jari, uma vez integrando a área de influência indireta também será alvo de programas específicos que buscam mitigar impactos sociais que eventualmente possam ocorrer.

Questão Sra. Amujaci Machado Brilhante da Secretaria de Educação do Pará, sugere que as perguntas sejam feitas em bloco e depois questiona sobre a proporção de 03 impactos positivos para 30 negativos que foram apresentados, a fonte de recursos para a construção, e a quantidade de empregos locais dentro dos 1.600 previstos, demonstra

ainda preocupação com o aspecto humano, com a identidade cultural e com o extrativismo. (R) Em relação ao extrativismo um levantamento minucioso será feito posteriormente e quando constatado danos as populações extrativistas as mesmas serão indenizadas, em relação a proporção de empregos locais a expectativa é que cerca de 70% da mão de obra seja contratada localmente, em relação aos recursos parte será financiada pela ECE Participações e parte será através de empréstimo provavelmente via BNDES, e em relação aos impactos foi explicado que o papel do diagnóstico dos estudos ambientais é exatamente esse de apontar eventuais impactos e prever ações mitigadoras e compensatórias.

Questão do Sr. Deputado Federal Sebastião Rocha, questiona como será a distribuição do ISS e do ICMS, bem como da compensação ambiental indagando se essa poderia ser destinada para a RDS de Iratapuru, perguntou ainda se o barramento poderia ter um papel de atenuador das cheias provocadas sazonalmente pelo rio sobre as comunidades localizadas a jusante. (R) Em relação ao controle de cheias, devido ser um barramento pequeno com operação a fio d'água e área de reservação também não muito grande pouca coisa poderia ser feita para atenuar as cheias a jusante no máximo um sistema de alerta para prever com antecedência quando essas cheias irão ocorrer, em relação a RDS foi esclarecido pela representante do ICMBio que a compensação é aplicada prioritariamente em Unidades de Conservação de Proteção Integral e que existe uma câmara em nível federal que é quem decide exatamente onde este recurso será investido, em relação ao ISS este será devido aos municípios que abrigarão obras relacionadas ao barramento, já em relação ao ICMS há um entendimento por parte do empreendedor de que deverá ser repartido entre os estados uma vez que a casa de força encontra-se no meio do rio. Entretanto este precisará ser balizado por um posicionamento das Secretarias de Fazenda Estaduais.

Questão Sr. Luís Araújo Alencar – ABES, demonstra uma preocupação pois em seu entendimento, pontos apresentados como positivos como aumento da massa salarial e aumento da arrecadação nem sempre se revertem em benefícios, acontecendo geralmente o contrário faltando saúde e educação por inoperância do poder público. (R) Não houve uma resposta pois a manifestação foi compreendida mais como um desabafo e não houve uma pergunta claramente formulada.

Questão do Sr. José Airton B. Soares – COEMA-AP, questiona a possibilidade de construção de uma agência para receber o material proveniente do resgate arqueológico, sugere que tal material seja utilizado como material didático, questiona sobre a possibilidade de utilização dos produtos florestais oriundos da supressão de vegetação para a confecção de cadeiras para as escolas, ou mesmo outras utilizações dentro da cadeia moveleira da região, questiona ainda se as comunidades envolvidas serão compensadas dentro dos recursos de compensação ambiental, e demonstra preocupação sobre a segurança da barragem em caso de eventual rompimento. (R) É esclarecido que a possibilidade de rompimento é muito remota em função de ser um barramento pequeno (10m) de concreto, sobre uma fundação em rochas do escudo cristalino, o que ocasiona uma segurança muito grande ao projeto, mesmo assim existirá um plano de emergência nesse sentido, em relação a possibilidade de utilização dos produtos florestais a mesma deverá ser negociada no futuro entre o empreendedor e os interessados, destacando-se porém que cabe ao empreendedor dar uma destinação econômica a este material, e em relação a criação de uma agência para receber os materiais provenientes do resgate arqueológico existe um programa de educação patrimonial que busca tratar de tais questões entretanto não é responsabilidade do empreendedor a criação de um órgão que atue neste sentido. Por último foi feito um

esclarecimento em relação ao destino dos recursos da compensação ambiental pela representante do ICMBio.

Questão do Sr. Beirão Prefeito de Vitória do Jari, sugere que conste em ata que as comunidades de São José, Padaria e Santo Antonio não serão afetadas pelo empreendimento, destaca a importância da democracia e do papel da audiência como instrumento de escuta da população. E demonstra preocupação em relação ao projeto estar ouvindo toda a parcela da população que poderá ser afetada pelo empreendimento, particularmente os ribeirinhos e extrativistas e demonstra insatisfação com a alteração do projeto que transferiu o canteiro de obras para o estado do Pará. (R) Foi comentado que a alteração se deu em parte exatamente para minimizar danos as populações extrativistas diminuindo a abertura de estradas e substituindo o eventual corte de mata por corte de Eucalyptus.

Questão do Sr. Afonso Bastos – Câmara dos Vereadores de Almeirim, primeiro faz uma explanação a respeito das responsabilidades de cada ente do processo (empreendedor, poder público...etc), questiona a seguir qual é a garantia da utilização de mão de obra local, e cita a existência de uma reivindicação para que ocorra um rebaixamento da tensão da linha de transmissão (Tucuruí-Macapá-Manaus) para o atendimento da população local. (R) Foi novamente explicitado que a expectativa é de contratação de 70% da mão de obra local, existe um plano ambiental de construção a ser seguido pelas empreiteiras responsáveis pelas obras, que prevê uma garantia de uso de mão de obra local. Estão também previstos programas de capacitação e treinamento nas principais atividades que serão necessárias para a construção do empreendimento.

Questão do Sr. José Botelho dos Santos – TRT 8 Região, questiona se os impactos da geração de energia hidrelétrica serão de fato menores do que os da térmica, demonstra preocupação com o preço que será cobrado pela energia, e pergunta de que maneira esta energia poderá beneficiar os empresários de Monte Dourado e se de fato a Usina será construída. (R) Se considerarmos as emissões e um intervalo de tempo maior certamente a geração hidrelétrica é menos prejudicial do que a térmica, em relação aos preços a questão é complexa, porém como uma parte da cobrança feita atualmente é empregada para custear o óleo diesel via subsídio cruzado certamente deverá haver uma redução pois este percentual deixará de ser cobrado, e em relação a construção ou não o empreendedor esclarece que isso não depende somente dele mas manifesta uma forte intenção para que o projeto se viabilize no menor tempo possível, e caso isso ocorra essa maior disponibilidade de energia certamente atrairá investimentos na região.

Questão do Sr. Magnandes Costa Cardoso, questiona a respeito da participação acionária do Consórcio responsável e sobre a origem dos recursos para a construção do empreendimento. (R) Inicialmente fez-se uma explicação de quem compõe e grupo ECE Participações que responde por 90% da participação acionária do Consórcio Amapá Energia, e, conforme explicado anteriormente um investimento do vulto de 900 milhões de reais deverá ser pago pelo Consórcio e por empréstimo junto ao BNDES como é usual neste tipo de empreendimento.


Questão Morador não identificado, demonstra preocupação em relação aos recursos pesqueiros e extrativistas e a existência de projetos para beneficiamento de pescado, demonstra também preocupação sobre a possibilidade de aumento da população de insetos vetores de doenças. (R) Foi explicado que será realizado em programa de monitoramento da pesca, além de um plano de monitoramento de insetos realizado segundo orientações da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, e que será feito também um levantamento detalhado dos locais utilizados pelas populações extrativistas sendo as mesmas indenizadas sempre que sofrerem algum tipo de dano. Foi comentado também que no Plano de Uso e Conservação do Entorno do Reservatório

Fis: 510
Proc: 337108
Rubr: 7

Artificial – PACUERA deverão haver outras audiências públicas para definição das atividades e usos do reservatório e seu entorno.

Questão do Sr. Roberto Pires – Vereador, questiona qual será a contrapartida da empresa para aparelhar o hospital de Monte Dourado. (R) Foi comentado que esta fase inicial preocupou-se em realizar um diagnóstico da situação e que na etapa seguinte serão definidas junto a prefeitura as prioridades do setor, porque não adianta comprar uma máquina de raio-X sem ter condições locais de operá-lo. Disse ainda tratar-se de processo participativo e citou o exemplo do aporte de soro antiofídico por conta dos trabalhos de supressão da vegetação.

Questão Sr. Ivanildo Sarraff Trindade Almeirim – Vice Prefeito, manifestou preocupação em relação a disponibilização de energia da usina para os municípios, destacando rebaixamento de tensão do linha Tucuruí-Macapá-Manaus para atendimento da região solicitou ainda que o MPF interferisse neste sentido.


Alexandre Romariz Duarte
Matricula 1487809

Recibido em 25/10/09
Monte Dourado/PA
[Handwritten signature]

Monte Dourado, 25 de outubro de 2009

A

Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Coordenadoria das Audiências Publicas da Usina Hidroelétrica Santo Antonio do Jari

Prezados Senhor (as)

A instalação da usina hidroelétrica de Santo Antonio do Jari permitirá a redução de custos e aumentar a confiabilidade do sistema de fornecimento de energia da região, reduzindo o déficit local existente e contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população.

Construir, sempre que possível, parcerias com poder público local e associações buscando alternativas para redução dos transtornos gerados por causa da obra, podemos apontar alguns de maior relevância.

A presença de trabalhadores de outras regiões diretamente empregados, somados a maior visibilidade que a região terá trará grandes problemas, o aumento da violência, criminalidade, sobre carga da saúde, agravo no transportes rodoviários e fluvial, agravo na habitação no distrito, e nesses municípios do entorno.

A associação Comercial e Empresarial de Monte Dourado e Almeirim, após receber o convite e analisar o RIMA, discutir com os empresários deste município chegou a conclusão que terá que ter as seguinte compensações:

COMPENSSAÇÃO	LOCAL	OBJETIVOS
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	MONTE DOURADO-PA	FORMAR E APERFEIÇOAR MAO DE OBRA
GARANTIA DE CONTRATAÇÃO DE MAO DE OBRA NOS MUNICIPIOS MINIMA 60% DO TOTAL EMPREGADO	MONTE DOURADO, ALMEIRIM -PA, LARANJAL DO JARI, VITORIA DO JARI -AP	GERAR EMPREGO E RENDA COM CIRCULAÇÃO DOS RECURSOS NA REGIÃO
GARANTIA DE COMPRAS NOS MUNICIPIOS DIRETO/INDIRETAMENTE	MONTE DOURADO, ALMEIRIM -PA, LARANJAL DO JARI, VITORIA DO JARI -AP	FORTALECER OS EMPREEDIMENTOS AQUI INSTALADOS, GERANDO MAIS EMPREGOS
PORTO DE	MONTE DOURADO-	EMBARCAR E DESMBARCAR

EMBARQUE/DESEMBARQUE DE MERCADORIAS E PASSAGEIROS	PA	MERCADORIAS COM SEGURANÇA GERANDO REDUÇÃO DE CUSTOS AO USUARIOS
RESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL (FUNVALE), EQUIPAMENTOS E PESSOAL	MONTE DOURADO-PA	ATENDER A DEMANDA QUE JÁ EXISTE HOJE E QUE VIRÁ COM ESTE EMPREEDIMENTO
CRIAÇÃO DA CIA INDEPENDENTE DA POLICIA MILITAR	MONTE DOURADO-PA	TER MAIOR EFETIVO, INDEPENDENCIA, AUMENTAR CAPACIDADE DE COMBATER A CRIMINALIDADE
RESTRUTURAR A DELEGACIA DE POLICIA CIVIL	MONTE DOURADO-PA	ATENDER A DEMANDA QUE AUMENTARÁ, E RESPODER SATISFATORIAMENTE A POPULAÇÃO
CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	MONTE DOURADO-PA	SUPRIR AS NESSECIDADES, JÁ QUE NÃO EXISTE HABITAÇÃO DISPONIVEIS

Certo que estas medidas irão reduzir a insegurança e apreensão sobre os seus efeitos no cotidiano da população local, contribuindo para reduzir os conflitos de interesse entre o empreendedor e a população afetada.

Atenciosamente

[Assinatura]
Carlos Nast
Presidente

ACEMDA - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MONTE DOURADO E ALMEIRIM